

Sarney: empresas perderão benefícios

BRASÍLIA — O Governo suspendeu, por prazo indeterminado, todos os programas que concedem benefícios a pequenas e médias empresas. A medida foi anunciada ontem pelo Presidente José Sarney, que a classificou como "a segunda providência para salvar o programa fiscal, colocado em risco pela Assembleia Nacional Constituinte com a aprovação da emenda da anistia".

— Se não tomarmos essas medidas, evidentemente vamos cair no descontrole, na ingovernabilidade — justificou o Presidente durante entrevista no Palácio da Alvorada.

Depois de afirmar que viaja para a China "extremamente preocupado" com as consequências da decisão da Constituinte, Sarney previu que ela "vai importar em um sacrifício gigantesco para o povo brasileiro", já que o Governo "terá que tomar medidas duras" para manter o equilíbrio da base monetária.

— Eu tenho pago custos políticos altos nas decisões que tenho sido obrigado a tomar, mas estou fazendo e farei porque acho que é meu dever e para benefício do País — justificou o Presidente.

A primeira reação do Governo à decisão da Assembleia aconteceu logo

depois da votação da anistia, com a suspensão dos financiamentos para custeio e investimento agrícola, recomendada por Sarney ao Ministro Mailson da Nóbrega. Menos de doze horas depois, o Presidente anunciou a segunda providência:

— Determinamos hoje (ontem) pela manhã ao Ministro do Planejamento a suspensão dos programas orçamentários no que se refere também a pequenas e médias empresas nos programas específicos — informou Sarney.

O Presidente afirmou que está disposto a "tomar todas as providências necessárias, com o maior rigor, para manter a linha de contenção do déficit público", já que o acirramento da crise econômica do País é uma ameaça à democracia.

— Nós temos exemplos muito claros na América Latina que toda vez que nós enfrentamos problemas econômicos eles desembocam em problemas sociais, os problemas sociais desembocam em problemas políticos e os problemas políticos desembocam em problemas institucionais. O preço que se paga por tudo isso é o preço da democracia — concluiu Sarney.



Sarney externou sua preocupação a Ulysses, ao embarcar para a China

Jurista diz que ação na Justiça é a saída

O princípio da isonomia, que determina a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, pode ser a via de questionamento da anistia dada às dívidas de microempresários e produtores rurais. Produtores que precisaram vender suas terras, ou entregar a propriedade ao banco como forma de pagamento, devem procurar um advogado para tentar um ressarcimento, disse o Presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio, Carlos Maurício Martins Rodrigues.

Na opinião do jurista, o princípio foi ferido, pois a anistia privilegia apenas um grupo de pessoas.

— Por que o limite para a anistia foi estabelecido em 5 mil OTNs e não em 5,1 mil, por exemplo? — disse.

O Coordenador Estadual da União Democrática Ruralista (UDR) de Campos, Ronaldo Bartolomeu dos Santos, diz que todos os produtores rurais não beneficiados pela anistia devem recorrer à Justiça sem ceder às pressões dos bancos.

Fazenda não estuda criação de compulsório

BRASÍLIA — Mesmo sem condições para definir, de imediato, o impacto da anistia concedida a empresários rurais e urbanos, o Ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, disse, ontem, que o aumento do Imposto de Renda ou a criação de um empréstimo compulsório sobre os salários serão as últimas medidas que o Governo usaria para compensar a perda de receita causada pela decisão da Constituinte.

Segundo Ximenes, só na próxima semana, com estudos conclusivos sobre o impacto da anistia nas contas do Tesouro, o Governo irá rever a decisão de suspender o crédito a agropecuária. Hoje à tarde, o Secretário para Assuntos Econômicos, João Batista Camargo, apresenta a primeira versão dos gastos adicionais do Tesouro com a anistia.

Ontem, ao justificar a suspensão do crédito agrícola, Camargo explicou que a medida era preventiva. "Ela não foi adotada para causar impacto. A ideia foi cortar onde dói menos", disse.

Segundo Ximenes, a suspensão do crédito para custeio já estava sendo analisada enquanto os Constituintes discutiam as emendas da concessão da anistia.

Na opinião de Camargo, não se deve esquecer também que a anistia aprovada pela Constituinte beneficia os produtores rurais que, por exemplo, no dia 30 de dezembro do ano passado contrataram um financiamento. Isto porque de acordo com o texto da emenda aprovada "não existirá correção desde que o empréstimo tenha sido concedido aos minis, pequenos e médios produtores rurais no período de 28/02/86 a 31/12/87".

Por enquanto, a decisão não passa de uma ameaça

BRASÍLIA — Por enquanto, a decisão do Presidente Sarney de cortar os benefícios aos pequenos e microempresários é só uma ameaça.

O Secretário para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo, informou que até ontem à noite não havia determinação do Ministério da Fazenda para suspender as linhas de crédito do Banco Central para apoiar o setor.

Segundo ele, hoje existem apenas dois mecanismos de apoio mas que não são sustentados com recursos do Tesouro. Trata-se da Resolução 695 do Banco Central, que obriga os bancos privados a

aplicarem 12% dos seus depósitos em solução 695 do Banco Central, que obriga os bancos privados a aplicarem 12% dos seus depósitos nas micro e pequenas empresas e o Programa de Apoio ao Micro produtor (Promicro), com recursos da Caixa Econômica Federal.

Quando a suspensão dos créditos à agropecuária, ele disse que no mês de julho a oferta de crédito para custeio já é tradicionalmente baixa (seriam ofertados CZ\$ 23 bilhões). O Governo também esperava um retorno líquido de CZ\$ 25 bilhões em julho, que seriam aplicados na comercialização da safra e que não entrarão devido à anistia.

Dona de confecção preferiu assumir os prejuízos



Isabel acha que o investimento inclui risco

— Essa anistia é uma palhaçada — reagiu a microempresária Isabel Sales, que há duas semanas quitou seus débitos com os bancos. Alugando o apartamento do Leblon por três meses e vendendo 30% da participação em sua confecção, a Face a Face, ela conseguiu pagar a dívida contraída durante o Plano Cruzado.

Mesmo acreditando que a medida seria aprovada na Constituinte, Isabel preferiu pagar o que devia ao banco. "Esperei uma solução durante quase um ano e, enquanto isso, minha dívida ficou cinco vezes maior", disse. Com CZ\$ 120 mil de empréstimo bancário ela comprou máquinas e transformou a confecção de fundo de quintal em microempresa. Hoje produz apenas um quarto das 1,3 mil peças que poderia fazer pois o mercado está fraco.

— Não sei nem se vou continuar com a empresa, mas acho que quando um empresário decide investir em um negócio, está assumindo um risco para dar certo ou não. Agora o prejuízo será dividido por toda a sociedade — afirmou.

Admitindo que muitos se iludiram com o Plano Cruzado, Isabel acha também que muita gente agiu de má fé. Interessada por uma confecção, ela telefonou para o empresário com o objetivo de comprar umas máquinas. Durante a conversa entendeu porque a confecção estava à venda:

— Ele me contou que comprou carro e apartamento com os empréstimos, mas agora não quer vender o que comprou, preferindo se desfazer da confecção. Como esse caso, existem milhares de outros — contou.

Anistia obriga BB a refazer balanço

BRASÍLIA — O Banco do Brasil terá seus resultados no primeiro semestre deste ano alterados pela decisão da Assembleia Constituinte de conceder anistia parcial aos débitos contraídos por pequenos empresários e produtores rurais. A divulgação do balanço do banco estava prevista de acordo com a programação original, para o próximo dia 20. Mas os dados apurados até agora terão de ser submetidos a uma nova avaliação, a partir do levantamento sobre a dimensão do prejuízo imposto à instituição pela decisão da Constituinte.

São levantamentos complexos, de acordo com informações de técnicos do banco, na medida em que é preciso distinguir entre os créditos que foram fornecidos com recursos da própria captação do banco e as verbas repassadas de fundos e programas do Governo federal. Além disso, há a dificuldade adicional de se tra-

tar de uma decisão da Constituinte que ainda pode ser alterada na votação do segundo turno, o que somente acontecerá depois que for divulgado o balanço oficial do Banco do Brasil, com os resultados do primeiro semestre.

O procedimento técnico mais adequado, nesse caso, indicam especialistas no assunto, será o lançamento dos empréstimos vinculados à anistia concedida pela Constituinte na categoria de "créditos duvidosos", o que significa que há um grau de incerteza sobre o retorno dessas operações, embora a inadimplência ainda não tenha se concretizado. O lançamento de créditos na categoria de duvidosos implica, mesmo assim, na necessidade de realização de novas provisões no balanço do semestre. O que significa, em última instância, a redução dos lucros apurados pelo banco no período.

Bamerindus: bancos fecharão para microempresários

CURITIBA — "As consequências da aprovação parcial da anistia vão recair, principalmente, nas costas dos próprios anistiados, que dificilmente encontrarão alguma instituição financeira que lhes forneça crédito, daqui para a frente", afirmou ontem o Presidente do Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira.

— Essa medida pode ser classificada como um verdadeiro absurdo e todos, sem exceção, serão prejudicados, a começar pelos próprios microempresários e pequenos produtores rurais que, a partir de agora, terão de apelar para os Constituintes quando precisarem de crédito para tocar seus negócios — disse ele.

O Bamerindus, que já tinha perdido 50% das dívidas contraídas por 37 mil microempresários e 6 mil

produtores rurais, arcando com um prejuízo de CZ\$ 2,4 milhões, é o menos atingido pela medida, de acordo com a informação dada, ontem, por um de seus diretores.

Para o Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua Rocha Diniz, o texto votado pela Constituinte, embora menos desastroso do que o original, implica um custo muito alto para a economia do País, "tanto em termos financeiros como morais".

O Presidente do Banco Itaú, José Carlos Moraes de Abreu, classificou a medida de lamentável, por transferir para a sociedade o encargo de alguns, desorganizando o sistema econômico. Ele observou, contudo, que os prejuízos não serão contabilizados

no balanço financeiro dos bancos do primeiro semestre. Dependendo do prejuízo, disse Abreu, a provisão poderá ser feita no exercício do fim do ano, com a transferência de parte das perdas para 1989 ou absorção do custo de uma só vez.

Já a diretoria do Banco do Estado do Paraná, o Banestado, não soube avaliar, quanto a instituição perderá com a anistia, limitando-se a informar que mantém uma carteira de 6 mil microempresários.

— O que podemos informar, preliminarmente, é que, se a anistia aprovada na Constituinte fosse total, equivaleria ao patrimônio total do Banco, conquistado nos seus 60 anos de atividades, que é de CZ\$ 20 bilhões — disse um dos assessores da Diretoria do Banestado.

Tributarista aponta risco de hiperinflação

SÃO PAULO — "Os contribuintes deram um passo grandioso para a instituição da hiperinflação no Brasil". Essa é a opinião do tributarista Ives Gandra, Presidente do Movimento em Defesa do Consumidor, sobre as disposições transitórias aprovadas, que dão aposentadoria plena, efetivam funcionários sem concurso, com mais de cinco anos de exercício e concedem anistia parcial a pequenos empresários e agricultores, pelas dívidas acumuladas durante o Plano Cruzado. Gandra advertiu queos que já pagaram sua dívida terão direito de reclamar ressarcimento na Justiça, com base no princípio de isonomia, previsto no artigo sexto da futura Constituição.

Iris Rezende é contra Governo suspender o crédito agrícola

BRASÍLIA — O Ministro da Agricultura, Iris Rezende, disse ontem que não concorda com a decisão do Governo de suspender o crédito agropecuário como forma de compensar as perdas do Tesouro com a anistia da correção monetária das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado pelos pequenos e médios empresários rurais.

Em nota à imprensa, distribuída por sua assessoria após contato telefônico com o Ministro, que se encontrava em Recife participando da reunião da Sudene, Iris Rezende classifica como precipitada a declaração do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, sobre a suspensão do crédito de custeio e investimento. Para ele, Mailson baseou suas declarações na votação da emenda que ampliava o benefício, "desconhecendo ainda a decisão posterior da Assembleia Constituinte, que limitou a concessão na área rural".

— Se o Ministério da Fazenda restringir recursos, naturalmente o fará no comércio e na indústria, que foram as áreas mais beneficiadas pela anistia — comenta Iris Rezende, insistindo em que, nestes dois setores, o benefício conquistado pelos empresários "é muito maior que o dos agricultores". Portanto, acrescenta, "não há que penalizar os recursos para a agricultura".

Na sua avaliação, o perdão da dívida dos agricultores, da forma como foi aprovado na Constituinte, "não terá o impacto financeiro anteriormente previsto", já que a anistia somente será aplicada aos produtores com propriedades de até cinco módulos rurais.

O Ministro Iris Rezende lembra, ainda, que os agricultores já foram beneficiados com uma anistia da correção monetária da dívida contraída no Plano Cruzado, beneficiando até agosto de 1987 os produtores do Centro-Sul e até janeiro passado os do Norte e Nordeste. Essa medida, segundo ele, reduz a participação do setor agrícola no impacto sobre as contas do Tesouro.

Tamanho do módulo rural varia conforme a região

BRASÍLIA — A limitação da concessão da anistia a empresários rurais com propriedades de até cinco módulos rurais provocou uma polêmica, ontem, no Ministério da Fazenda. Alguns técnicos chegaram a admitir que esta cláusula na emenda poderá beneficiar um número muito grande de produtores rurais, porque um módulo rural pode variar de dois a 110 hectares.

O Estatuto da Terra contém uma definição técnica de módulo rural que pode ser traduzida como sendo a menor parte em que uma propriedade rural pode ser dividida. O módulo, assim, varia conforme a cultura e região em que se encontra. Por exemplo, no Centro-Sul, para as lavouras temporárias como milho, arroz, feijão, soja e trigo,

um módulo rural corresponde a 45 hectares, com pequenas variações de Estado a Estado. No Nordeste, onde a Bahia serve de parâmetro para os outros Estados, este mesmo módulo equivale a 35 hectares.

No caso das lavouras permanentes, como cacau, cana-de-açúcar e café, o módulo mínimo é de 35 hectares, no Centro-Sul, mas de 30 hectares para os Estados nordestinos. A mesma diferença se observa para a pecuária, onde um módulo rural é de 110 hectares na região Centro-Sul e de 90 hectares para o Nordeste. Uma cultura de hortifrutigranjeiros no Centro-Sul tem como módulo cinco hectares, mas em alguns Estados nordestinos, quatro hectares.

Empresário se mata ao perder casa do pai

PORTO ALEGRE — Há dois meses um microempresário do Município de Montenegro, renegociou suas dívidas com base na resolução 1.337. Para isso, conseguiu colocar seu pai como avalista do negócio, dando como garantia sua própria casa e a pequena casa de seu pai. Resultado: o empresário se suicidou. Ele não conseguiu pagar no prazo exigido pelo banco. Foi executado judicialmente e perdeu sua casa junto com a de seu pai, que ficou sem ter onde morar.

Essa história foi contada pelo Presidente da Associação de Microempresários do Vale do Rio dos Sinos, Jairo de Andrade, para quem a anistia da correção monetária chegou em boa hora.

Esse caso mostra a situação de microempresários e pequenos produtores rurais gaúchos que haviam contratado empréstimos na época do Plano Cruzado.

Economista acha que crédito ficará mais difícil

José Júlio Senna, Diretor do Banco Boavista — "A anistia aos microempresários levará os bancos a adotar critérios mais rígidos na concessão de novos empréstimos".

● Lucio Cesar Pires, Presidente da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul — "Com esta atitude, o Congresso, mais uma vez, socializou o prejuízo neste País. É um absurdo que dois milhões de pessoas sejam beneficiadas, em detrimento de 130 milhões de brasileiros, que vão ter que pagar a conta. Querida ver se esse pessoal tivesse tido lucro se ele seria dividido com a população".

● Almir Pazzianotto, Ministro do Trabalho — O Ministro considerou artificial a anistia concedida, mas não quis entrar em detalhes sem

conhecer melhor o texto. "Em matéria de direitos sociais a Constituinte avançou bastante, mas as conquistas só terão eficácia se a economia crescer para bancar esses avanços", afirmou.

● Abram Szajman, Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo — "Quem provocou o cisma foi o setor agrícola, através de um líder que adota um populismo exacerbado mas sequer representa o pensamento de toda a agricultura".

● Flavio Telles de Menezes, Presidente da Sociedade Rural — "Com essa votação, os Constituintes corcoram o tom emocional do texto que tem sido aprovado até agora".

● Osmar Dias, Secretário de Agricultura do

Paraná — "Reconheço a necessidade de se tomar medidas para evitar a falência dos pequenos produtores, mas a escolha pelos Constituintes é discriminatória, porque penaliza um número maior de pequenos produtores, que não foram beneficiados com a medida; e as consequências, como se pode esperar, vão afetar o crédito rural, aumentar a inflação e, o pior de tudo, todos pagarão para que poucos se beneficiem".

● Deputado Humberto Souto, PFL-MG — Um dos autores da emenda original, ele reconheceu que estava distraído na segunda votação, reclamou da falta de esclarecimento que caracterizou o encaminhamento da votação e acusou a mesa de irregularidades no processo de votação.